

## **O CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO NORDESTE SUPREM AS NECESSIDADES DA SALA DE AULA?**

Denise de Queiroga Nascimento (1); Monalisa dos Santos Olímpio (2); Maraisa dos Santos Olímpio (3); Tafarel Fernandes Tavares de Melo (4)

(1. Universidade Estadual da Paraíba – monalisa.olimpio@gmail.com; 2. Universidade Estadual da Paraíba – dennise.queiroga@gmail.com; 3. Universidade Estadual da Paraíba – maraisaolimpio96@gmail.com; 4. Universidade Estadual da Paraíba - tafarel.melo@gmail.com)

### **RESUMO:**

Os cursos de licenciatura no ensino superior é responsável por formar profissionais da educação com qualidade. Os currículos devem atender com clareza as suas propostas a fim de gerar competências a serem exigidas do profissional em formação. Para isso um aspecto importante é levar em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais e garantir uma formação excepcional. A gestão acadêmica precisa construir, desconstruir e rever os projetos pedagógicos e as propostas curriculares dos cursos de graduação, já que as licenciaturas atualmente têm apresentado preocupações quanto à estrutura das instituições que as abrigam. Este trabalho estudou as propostas das instituições superiores ofertadas ao curso de licenciatura em Ciências Biológicas na Região do Nordeste. Para a análise foram escolhidas vinte Universidades públicas dessa região que obtiveram maior conceito atribuído pelo MEC por meio do Enade. As matrizes curriculares mostraram enfoque tanto para as especificidades da área das Ciências Biológicas bem como a formação pedagógica e prática ao futuro profissional da educação. Levando em consideração os aspectos pedagógicos, grande parte das universidades vistas comunga de disciplinas como a Psicologia da Educação, Didática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. Entretanto, as matrizes curriculares das universidades apresentaram ausência de disciplinas voltadas para a inclusão de alunos especiais. Embora as universidades analisadas ofertem significativamente disciplinas específicas da área das Ciências Biológicas e da formação pedagógica do futuro professor, ainda é preciso engajar componentes relacionados a educação especial e aprimorar práticas metodológicas que incentivem o professor recém formado a manter-se atualizado e variar suas formas de transmissão do conhecimento.

**Palavras-chaves:** Formação profissional, Professor, Propostas curriculares.

### **INTRODUÇÃO**

As licenciaturas são cursos que propõem formar professores para a Educação Básica, abrangendo diversos níveis e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. As instituições e currículos propostos vêm sendo colocados em questão há tempos (GATTI, 2010) a fim de garantir a qualidade da formação à docência oferecida pelas instituições de educação superior. Segundo Gatti (2010), para que as instituições superiores ofereçam essa formação adequada é preciso levar em conta as

Diretrizes Curriculares Nacionais e garantir um percurso formativo com clareza, além de traçar um perfil esperado das pessoas que concluem tal curso.

As matrizes curriculares, responsáveis por descrever a identidade do curso, devem ser apresentadas de modo claro, descritas na constituição dos Projetos Políticos dos Cursos (PPC). Os currículos, como parte integrante da estruturação dos PPC, devem articular conhecimentos necessários para a formação das competências a serem exigidas do profissional em formação, estratégias de ensino, docentes e recursos materiais, além da disposição de serviços de infra-estrutura para o funcionamento do curso (BRASIL, 2006).

Com a Lei n. 9.294/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – em dezembro de 1996, foram lançadas propostas para alterações nas instituições formadoras e respectivos cursos de formação de professores (JUSBRASIL, 2016). Em 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores são promulgadas e, nos anos seguintes, passam a ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (GATTI, 2010). Qualquer inovação estrutural nas instituições e cursos de formação de professores enfrenta, a partir deste momento, a necessidade de repensar e talvez reestruturar essa formação de modo mais integrado e em novas bases.

A gestão acadêmica, entre outras responsabilidades, deve construir, desconstruir e rever os projetos pedagógicos e nestes, as propostas curriculares dos cursos de graduação, já que as licenciaturas atualmente têm apresentado preocupações quanto à estrutura das instituições que as abrigam (HAAS, 2010). Essas questões, segundo Hass (2010) são realmente essenciais serem discutidas, pois a formação do professor está completamente interligada as instituições de ensino superior, principalmente, as universidades.

Os cursos de licenciatura cresceram quanto à disponibilidade de vagas entre 2001 e 2006 e os debates em busca de melhorias da qualidade da formação profissional destes são indispensáveis para poder proporcionar nas escolas melhores oportunidades formativas às futuras gerações (HASS, 2010). Levando em consideração essa ideia, a LDB nº 9.394/96 incentiva a diversidade e amplia as possibilidades de oferta para esse nível de ensino e essa educação superior deve acolher cursos e programas, bem como alternativas para atender as diferentes demandas tanto regionais como culturais.

Portanto, estudo com o foco na estrutura pedagógica se faz necessária pra saber se estas estão proporcionando um percurso acadêmico bem estruturado, que atenda às necessidades dos futuros profissionais da educação.

## OBJETIVO

Estudar as propostas que as instituições de ensino superior propõem para as licenciaturas em Ciências Biológicas na Região do Nordeste.

## METODOLOGIA

Esse trabalho foi realizado através da análise dos Projetos Pedagógicos, do conjunto das disciplinas ofertadas e de suas ementas, para os cursos de licenciaturas presenciais em Ciências Biológicas na região Nordeste, considerando a legislação relativa a essa formação, em consonância com a abordagem metodológica utilizada por Gatti (2010).

A construção de dados foi realizada mediante consulta à base de dados oficial do Ministério da Educação e Cultura (MEC) relativa às instituições de ensino superior e cursos de graduação, disponível online, o *e-mec* (EMEC, 2016). Em conformidade com a autora supracitada, os cursos selecionados enquadraram-se nos seguintes critérios: localização por região: *Região Nordeste*; a organização acadêmica: *Universidade*; a categoria administrativa: *Pública – Estadual e Federal*; e o maior conceito atribuído pelo MEC por meio do Exame Nacional de Cursos (Enade).

O conjunto amostral foi composto 20 (vinte) cursos de licenciaturas presenciais de Ciências Biológicas das Universidades Públicas Estaduais e Federais, dos Estados da Região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) (Tabela 1).

**Tabela 1.** Universidades Estaduais e Federais da Região Nordeste do Brasil que oferecem o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e o conceito da Instituição pelo ENADE.

Estados do Nordeste		Universidades	Sigla	ENADE
<b>Alagoas</b>	01	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	-
<b>Bahia</b>	02	Universidade Estadual de Alagoas	UNEAL	4
	03	Universidade do Estado da Bahia	UNEB	4
	04	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	4
	05	Universidade Federal da Bahia	UFBA	-
<b>Ceará</b>	06	Universidade Estadual do Ceará	UECE	4
	07	Universidade Federal do Ceará	UFC	4
<b>Maranhão</b>	08	Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	4
	09	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	4
<b>Paraíba</b>	10	Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	3

	11	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	<b>3</b>
	12	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	<b>4</b>
<b>Pernambuco</b>	13	Universidade de Pernambuco	UPE	<b>3</b>
	14	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	<b>4</b>
	15	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	<b>4</b>
<b>Piauí</b>	16	Universidade Estadual do Piauí	UESPI	<b>3</b>
	17	Universidade Federal do Piauí	UFPI	<b>3</b>
<b>Rio Grande do Norte</b>	18	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte	UERN	<b>4</b>
	19	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	<b>4</b>
<b>Sergipe</b>	20	Universidade Federal de Sergipe	UFS	<b>4</b>

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, as matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas no nordeste apresentam enfoque tanto para as especificidades da área das Ciências Biológicas bem como a formação pedagógica e prática ao futuro profissional da educação. Uma vez que, as licenciaturas são cursos que, pela legislação, têm por objetivo a formação de profissionais da educação voltados para a educação básica: ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos e educação especial (GATTI, 2010).

No contexto da formação pedagógica, as matrizes curriculares na maioria das universidades comungam de disciplinas como a Psicologia da Educação, a qual é norteadas pelas teorias da aprendizagem e do desenvolvimento e a sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem; pela Didática, que discute sua importância na formação do professor e na construção da identidade do docente; pela Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, orientada pela tríplice (estrutura, funcionamento e ensino) do sistema educacional brasileiro; e pela disciplina de Libras, o qual auxilia o professor na comunicação e na inclusão educacional de alunos com deficiência auditiva.

Por outro lado, algumas universidades como a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), contemplam esta última disciplina como optativa aos seus alunos, dificultando a comunicação e planejamento do futuro professor que venha a se deparar com tal situação (NASCIMENTO et al., 2015). Embora as licenciaturas proponham disciplinas sobre Libras, isso não garante que os futuros docentes possuam conhecimento suficiente para efetivamente incluir o aluno com deficiência auditiva (GREGUOL et al., 2013), muitas vezes porque faltam profissionais capacitados ao ensino da linguagem de sinais nas universidades.

Quando analisadas comparativamente as matrizes curriculares das universidades, observou-se uma falta de disciplinas voltadas para a

inclusão de alunos especiais. Poucas universidades, como Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Federal do Maranhão (UFM) e algumas outras, oferecem a disciplina Educação especial/Educação inclusiva como obrigatória em seus cursos de licenciatura em Ciências Biológicas (Tabela 2). Articulada a essa disciplina tem-se as Relações Étno Raciais, Gênero e Diversidade oferecida por três universidades citadas na tabela 2. Este componente abrange questões sociais que são refletidas dentro da sala de aula mostrando como esses são tratados no currículo escolar no caso, por exemplo, do racismo, do preconceito e a discriminação racial.

Desde a criação, em 2008, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva o número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na rede regular em todo Brasil passou de cerca de 306 mil para mais de 620 mil, um aumento de 102,78% de 2007-2012 (CHAVES, 2014). Desta forma, segundo Greguol et al. (2013)

“A lacuna existente entre a formação e a atuação prática tem feito com que os docentes sintam-se perdidos diante da missão de lidar com a diversidade em sala de aula, sobretudo pela falta de conhecimento sobre como adaptar as atividades, materiais, conteúdos programáticos e procedimentos de ensino, com alunos com necessidades especiais.”

Embora o sexto artigo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores na Educação Básica (CNE, 2002) destaque a importância de conteúdos que contemplem os alunos com necessidades educacionais especiais e que as instituições de ensino superior devem formar professores aptos à atuação prática a alunos com necessidades especiais (GREGUOL et al., 2013), ainda é necessário percorrer um longo caminho até que a atuação e necessidade da prática cotidiana do professor estejam vinculadas a formação promovida pelos cursos de licenciatura. Uma vez que os currículos das universidades são trabalhados de forma divisória e conservadora, mantendo distanciamento entre os componentes curriculares, produz ou reproduz um aluno que tem um acúmulo de informações desconectadas da realidade (DUTRA, 2000).

Em relação a matrizes curriculares com ênfase em ensino de aulas práticas, como por exemplo, que auxiliem o professor a elaborar aulas laboratoriais nas escolas, apenas duas universidades públicas, Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade do Estado da Bahia apresentaram a disciplina de práticas de laboratório para ensino de ciências como obrigatória. Esta tem por objetivo discutir o papel das

atividades práticas em laboratório para ensino e aprendizagem dos conteúdos de aprendizagem em ciências e biologia, além de auxiliar o futuro docente a elaborar, aplicar e avaliar atividades práticas realizadas no ambiente laboratorial. Algumas universidades puderam ofertar essa disciplina como optativa, como no caso da Universidade Estadual da Paraíba. Entretanto, em uma conversa informal com alunos concluintes de licenciatura em Biologia dessa universidade, este componente não é visto na íntegra, comprometendo a aprendizagem eficaz dos professores recém-formados. De acordo com Capeletto (1992), o laboratório é um lugar que além da aprendizagem garante desenvolvimento no aluno. Essas práticas levam os estudantes a exercitar habilidades, concentrações, manipulação de equipamentos e também vivenciar o método científico, entendendo como os fenômenos acontecem, sendo capaz de formular hipóteses e inferência de conclusões. Além disso, o professor consegue vincular sua aula teórica com a prática e proporcionando uma fixação de conteúdo mais eficaz por parte dos aprendizes.

Por fim, ao observar a tabela descrita é possível perceber que a disciplina de Estágio Supervisionado, essencial para cursos de licenciatura, é dada como obrigatória de forma unânime nas universidades escolhidas criteriosamente. Em todas, essa disciplina é dividida em etapas na qual devem alcançar desde o ensino fundamental ao médio. As etapas são divididas em um período de aulas teóricas na sala de aula do ensino superior lecionada por profissionais da área e por outro período compreendido por práticas que são realizadas no ambiente escolar. Mas, mesmo sendo uma disciplina essencial a um curso de formação de professores por aproximá-los com a realidade que enfrentarão, é preciso averiguar se essa tem sido eficaz e trazido acréscimos positivos aos futuros professores. Entretanto para discutir essa ideia é preciso uma análise mais detalhada do assunto e metodologias que estejam detidas nesse foco.

**Tabela 2.** Principais componentes curriculares oferecido pelos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas pelas Universidades Estaduais e Federais do Nordeste.

<b>Matriz curricular / Instituições de Ensino Superior</b>	U P E	U N E B	U N E A L	U F S	U F R P E	U F R N	U F P I	U F P E	U F M A	U F L A	U F C A G	U F B A	U E S B	U E P B	U E M A	U F P B	U F C	U E C E	U E S P I	U E R N	
Prática Pedagógica	X	X		X						X		X			X						
Filosofia da Educação	X		X		X		X		X		X	X	X	X					X	X	X
Sociologia da Educação	X		X				X				X		X	X						X	
Psicologia da Aprendizagem	X		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Didática	X		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estágio Supervisionado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação Inclusiva	X					X		X	X				X	X	X	X					
Organização da Educação Básica	X					X	X	X	X			X	X						X	X	X
Laboratório de Biologia		X						X													
Educação Brasileira: Legislação e Políticas				X	X		X				X				X						
Metodologia Científica			X			X	X	X	X		X			X							
Libras			X			X	X	X	X	X		X	X		X		X				X
Pesquisa em Biologia	X	X	X	X									X	X							
História da Educação							X		X		X					X					
Relações Étno Raciais, Gênero e Diversidade							X						X		X						
Metodologia do ensino de Biologia								X	X		X	X	X		X					X	
Ética profissional														X	X						

## CONCLUSÃO

Embora as matrizes curriculares das universidades do Nordeste apresentem enfoque tanto para as especificidades da área das Ciências Biológicas bem como a formação pedagógica e prática ao futuro profissional da educação, questões como, por exemplo, a dos componentes relacionados à Educação Especial e Laboratório de Ciências e as diferentes formas como a ementa é proposta ainda é “burlado” pelas universidades a não obedecer às recomendações da LDB, DCN, PCN e da literatura da área.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Portaria n. 300, de 30 de janeiro de 2006. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/download/superior/2006/avaliacao\\_institucional/](http://www.inep.gov.br/download/superior/2006/avaliacao_institucional/)>

CAPELETTO, A. Biologia e Educação ambiental: Roteiros de trabalho. Editora Ática. p. 224, 1992.

CHAVES, Svendla. Inclusão para todos. Revista Escola Pública. v. 37, 2014.

CNE – Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores na Educação Básica. Brasília, Imprensa Oficial, 2002.

EMEC - Dispõe de base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior – IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acessado em abril de 2016.

GATTI, B. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educação & Sociedade, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

GREGUOL, M., GOBBI, E., CARRARO, A. Formação de Professores para a Educação Especial: uma Discussão Sobre os Modelos Brasileiro e Italiano. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 3, p. 307-324, 2013.

HAAS, Célia Maria. Projetos pedagógicos nas instituições de educação superior: aspectos legais na gestão acadêmica. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação- Periódico científico editado pela ANPAE, v. 26, n. 1, 2010.

NASCIMENTO, D.Q., SILVA, M.A., LOPES, S.S.S. Século XXI: O desafio para ensinar. v. 2, n.1. 2015. Anais II CONEDU. Campina Grande: PB, 2015. Portaria\_n300\_30\_01\_06.pdf>. Acesso em 2 de maio 2016.